

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O cenário econômico brasileiro em 2011 foi caracterizado pela desaceleração do ritmo de crescimento e maior inflação. Em contrapartida, houve continuidade na melhora do mercado de trabalho, com queda do desemprego para níveis jamais vistos. Por outro lado, o bom cenário para o consumo, derivado da alta da renda e do crédito, não se reverteu em ganhos para a indústria local, cuja competitividade tem sido negativamente afetada. No âmbito externo, o agravamento da crise da Zona do Euro causou fortes turbulências nos mercados financeiros, impactando a confiança dos agentes e os preços dos ativos. Após o forte crescimento do PIB registrado em 2010 (+7,5%), o ano de 2011 apresentou uma desaceleração da atividade maior do que a esperada, devido, principalmente, ao fraco desempenho do setor industrial. O setor de serviços também registrou diminuição de ritmo durante o período, refletindo as medidas de aperto tomadas até meados do primeiro semestre, como ações macroprudenciais no crédito e aumentos na taxa Selic.

Nesse contexto, o crédito apresentou menor ímpeto ao longo do primeiro semestre, em resposta às ações restritivas adotadas desde o final de 2010. Porém, o ritmo teve recuperação moderada nas concessões e a redução da Selic, iniciada em agosto, somada à reversão das medidas macroprudenciais na parte final do ano, criou uma perspectiva positiva para o crédito em 2012.

Em relação ao cenário internacional, o ano foi marcado por situações importantes no âmbito dos Estados Unidos, Europa e China. O principal destaque é dado para a deterioração do cenário na Zona do Euro, inicialmente, diante da percepção de insolvência da Grécia, e, posteriormente, pelo contágio de economias maiores e também altamente endividadas, como Itália e Espanha. Não houve uma ruptura financeira como em 2008/2009, mas a aversão ao risco intensificou-se nos mercados.

Em suma, o ano de 2011 indicou com mais clareza os limites do crescimento econômico no Brasil. A ausência de avanços estruturais nos últimos anos limitou os ganhos de produtividade, o que, juntamente com o fim da ociosidade no mercado de trabalho, fez com que a capacidade de oferta da economia se restringisse. Parte importante do aumento do consumo foi atendida pelas importações, mas, como uma parcela dessa demanda é por itens não transacionáveis (como os serviços), a inflação acelerou em relação ao ano anterior. Dificuldades de competitividade ficaram mais evidentes, em meio a um cenário externo desafiador. O ano de 2012 não deve mostrar alterações substanciais neste cenário, com crescimento moderado no país, consumo em expansão, indústria em dificuldades, inflação acima do centro da meta e ambiente internacional turbulento.

2. Bancoob

O cooperativismo de crédito confirmou sua histórica estabilidade em tempos de crise e conquistou evolução significativa em 2011, ainda que diante de um cenário afetado por turbulências na economia mundial. O Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob, comprometido com o desenvolvimento do setor, buscou fortalecer parcerias e expandiu a oferta de produtos e serviços para atendimento das necessidades das cooperativas e de seus associados. Visando a consolidar e aumentar a participação no mercado financeiro, o banco tem investido continuamente no aperfeiçoamento dos produtos e serviços já existentes e na ampliação de seu portfólio. A prioritária atenção ao desenvolvimento de produtos ajustados às necessidades das cooperativas viabilizou importantes conquistas no ano, como o revisão do produto cobrança bancária e o lançamento do consórcio, a partir da aquisição da Ponta Administradora de Consórcios.

Com o objetivo de fomentar os negócios, os acionistas do Bancoob aprovaram o aumento do capital social para R\$ 359,3 milhões. O valor representa um crescimento de 43,8% em relação a 2010.

A carteira de crédito totalizou R\$ 4,31 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 29,46% em relação a 2010. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios do Bancoob apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 217,86 milhões, aumento de 23,12% em relação a 2010.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 2,38 bilhões no período, um crescimento de 51,59% em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2011 com ativos totais consolidados de R\$ 12,14 bilhões, aumento de 12,86% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 7,22 bilhões em 2011, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs), o que equivale a 69% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 1,4 milhão, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 4,31 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 29,46% em relação a 2010. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios do Bancoob apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 217,86 milhões, aumento de 23,12% em relação a 2010.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 2,38 bilhões no período, um crescimento de 51,59% em relação ao mesmo período do ano anterior.

c. Captações

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram, em 2011, o valor de R\$ 10,42 bilhões, um aumento de 15,82% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 1,11 bilhão, com crescimento de 35,19% em relação a 2010.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou, durante o ano, 169.880.513 documentos, número este 6,07% superior ao do exercício anterior.

e. Novos convênios

Em 2011, vários novos convênios de arrecadação corporativos foram adicionados ao portfólio do Sicoob. Merecem destaque as autorizações para arrecadação de tributos federais (DARF) e do Simples Nacional (DAS).

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle do Bancoob, sendo operacionalmente implementado pela Gerência de Controles Internos e Riscos do Sicoob Confederação. A estrutura está aderente às exigências estabelecidas pelas Resoluções 3.490/07 e

3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil.

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional do Sicoob, cuja adesão foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do banco.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e levanta formalmente as causas, as adequações dos controles implementados e as necessidades de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. O resultado é apresentado mensalmente ao Colegiado da Diretoria da instituição e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem do Indicador Básico (IBA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada dos riscos de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Banco é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar os riscos de mercado;

b) limite máximo para a exposição em risco de mercado;

c) utilização de modelo de simulação de perda em cenários de stress;

d) limites mínimos de liquidez;

e) realização periódica de *backtests* do modelo de cálculo de risco de mercado.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna e auditoria externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

O Bancoob, cumprindo meta do projeto Acreditar (destinado a rever políticas e processos de crédito no Sicoob), aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada do risco de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

d) procedimentos para a recuperação de créditos;

e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito; e

f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de risco de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados, e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna e auditoria externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/09, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

5. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 alcançou o montante de R\$ 402,14 milhões, o que representa um crescimento de 41,74% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 38,62 milhões, com retorno anualizado de 11,82% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

6. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Ativo	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Circulante	6.919.107	5.781.257	6.923.343
Disponibilidades (Nota 5)	4.432	9.657	4.437
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	3.328.625	2.144.573	3.328.625
Aplicações no mercado aberto	2.270.770	1.537.785	2.270.770
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.057.855	606.788	1.057.855
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	567.989	1.082.605	570.278
Carteira própria	194.343	252.704	196.632
Vinculados a compromissos de recompra	81.783	2.154	81.783
Vinculados ao Banco Central	71.748	-	71.748
Vinculados à prestação de garantias	769	1.008	769
Instrumentos financeiros derivativos	219.346	826.739	219.346
Relações interfinanceiras	279.563	228.414	279.563
Pagamentos e recebimentos a liquidar	241	1.367	241
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	279.315	227.040	279.315
Relações com correspondentes	7	7	7
Operações de crédito (Nota 8)	2.534.773	2.162.731	2.534.773
Operações de crédito - Setor privado	2.543.475	2.167.993	2.543.475
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.702)	(5.262)	(8.702)
Outros créditos	184.040	136.260	185.982
Rendas a receber	5.531	5.932	5.826
Negociação e intermediação de valores	1.186	-	1.186
Diversos (Nota 21a)	177.323	130.328	178.970
Outros valores e bens	19.685	17.017	19.685
Outros valores e bens	292	246	292
Despesas antecipadas	19.393	16.771	19.393
Não circulante	5.220.757	4.976.099	5.214.357
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	3.318.449	3.684.952	3.318.449
Carteira própria	1.457.028	805.086	1.457.028
Vinculados a compromissos de recompra	750.781	1.529.390	750.781
Vinculados ao Banco Central	-	59.035	-
Vinculados à prestação de garantias	1.110.640	1.291.441	1.110.640
Operações de crédito (Nota 8)	1.771.145	1.162.906	1.771.145
Operações de crédito - Setor privado	1.788.779	1.177.341	1.788.779
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.634)	(14.435)	(17.634)
Outros créditos	57.675	60.454	57.675
Diversos (Nota 21a)	57.675	60.454	57.675
Investimentos	14.042	7.364	7.561
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	13.842	7.164	7.220
Outros investimentos	200	200	341
Imobilizado (Nota 11)	58.340	59.271	58.421
Imóveis de uso	55.914	53.647	55.914
Outras imobilizações de uso	17.860	16.658	18.551
(-) Depreciações acumuladas	(15.434)	(11.034)	(16.044)
Diferido	1	12	1
Gastos de organização e expansão	3.495	3.495	3.495
(-) Amortizações acumuladas	(3.494)	(3.483)	(3.494)
Intangível (Nota 12)	1.105	1.140	1.105
Softwares	4.186	3.880	4.186
(-) Amortizações acumuladas	(3.081)	(2.740)	(3.081)
Total do ativo	12.139.864	10.757.356	12.137.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Semestre findo em dezembro		BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2011	2010	2011	
Receitas da intermediação financeira	628.563	1.174.890	782.026	1.174.890	
Operações de crédito	180.686	334.311	246.157	334.311	
Resultado com títulos e valores mobiliários	425.094	778.389	470.147	778.389	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	16.280	50.660	58.718	50.660	
Resultado das aplicações compulsórias	6.503	11.530	7.004	11.530	
Despesas da intermediação financeira	(549.947)	(1.024.758)	(670.719)	(1.024.381)	
Operações de captação no mercado	(521.546)	(970.097)	(602.729)	(969.720)	
Operações de empréstimos e repasses	(23.565)	(45.559)	(56.127)	(45.559)	
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8e)	(4.836)	(9.102)	(11.863)	(9.102)	
Resultado bruto da intermediação financeira	78.616	150.132	111.307	150.509	
Outras receitas (despesas) operacionais	(46.934)	(90.589)	(63.467)	(90.346)	
Receitas de prestação de serviços (Nota 21d)	62.680	118.833	104.148	121.106	
Rendas de tarifas bancárias	37	74	62	73	
Despesas de pessoal (Nota 21e)	(23.930)	(45.859)	(40.352)	(47.568)	
Despesas administrativas (Nota 21f)	(54.973)	(104.251)	(85.953)	(104.559)	
Despesas tributárias	(7.302)	(13.615)	(11.671)	(13.852)	
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	559	1.003	1.207	1.003	
Outras receitas operacionais (Nota 21g)	25.111	43.113	38.111	43.338	
Outras despesas operacionais (Nota 21h)	(49.116)	(89.887)	(69.019)	(89.887)	
Resultado operacional	31.682	59.543	47.840	60.163	
Resultado não operacional (Nota 21i)	2.546	5.005	4.534	5.005	
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	34.228	64.548	52.374	65.168	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9d)	(12.639)	(23.664)	(19.252)	(23.805)	
Imposto de renda	(8.572)	(16.156)	(10.693)	(16.223)	
Contribuição social	(5.329)	(10.046)	(6.740)	(10.100)	
Crédito fiscal diferido	1.262	2.518	(1.819)	2.518	
Participação dos empregados no lucro (Nota 23a)	(1.038)	(2.245)	(2.013)	(2.312)	
Lucro líquido do período	20.551	38.619	31.109	39.051	
Número de ações:	168.157.369	168.157.369	150.736.077	168.157.369	
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$	122,21	229,66	206,38	232,23	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

BANCO E CONSOLIDADO	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
				(146)	486	(74)	178.841
Saldos em 31 de dezembro de 2009	154.953	2.004	21.618	(146)	486	(74)	178.841
Aumento de capital (Nota 18 a)	94.850	(2.004)	-	-	(487)	-	92.359
Alienação de ações em tesouraria	-	45	-	-	-	74	119
Dividendos propostos de exercícios anteriores (Nota 18d)	-	-	(17.180)	-	-	-	(17.180)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	19	-	-	19
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.109	-	31.109
Destinações propostas:							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição" ou "Banco") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "Bacen") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997. O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicobob"). As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicobob Ltda. - Sicobob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação. Entre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis. O descaçamento entre passivos e ativos circulantes no valor de R\$ 2.729 bilhões em 31 de dezembro de 2011 no balanço patrimonial individual e de R\$ 2.722 bilhões no balanço patrimonial consolidado, não oferece risco em função do que segue: i) a maior parte do ativo de longo prazo, ou seja, 64% constitui-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis, o Bancoob adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Nas demonstrações contábeis consolidadas, incluem os saldos contábeis da BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda, foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções de participação no capital social da controlada. A Diretoria colegiada do Bancoob aprovou as demonstrações contábeis em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2012, e o Conselho de Administração autorizou a publicação em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2012.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que é utilizado pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, registrados no resultado do período.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes e dos balanços mensais. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e da provisão para perdas.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 1,67%, equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também são objetos de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em um estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância da Norma do Pronunciamento Técnico 25 (CPC nº 25) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas.

- Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

- Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamento Técnico – CPC

- O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:
 - CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 - CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas
 - CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (*)
 - CPC 24 – Evento Subsequente
 - CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 - CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. (*)

(*) Não estão contemplados nas Demonstrações Contábeis, pois a data de vigência é a partir de 1º de janeiro de 2012.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

t. Normas e Alterações de Normas que ainda não estão em vigor

As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, a partir de janeiro de 2012 devem ser classificadas de acordo com a Resolução nº 3.533 do CMN.

Teremos impactos nas operações cedidas ao FIDC onde o Bancoob adquire as cotas subordinadas.

4. Composição do caixa e equivalente de caixa

O caixa e o equivalente de caixa, apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Caixa			
Disponibilidades	4.432	9.657	4.437
Equivalente de caixa			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	1.889.091	1.470.147	1.889.090
Total	1.893.523	1.479.804	1.893.527

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Moeda nacional	143	8.454	148
Moeda estrangeira	4.289	1.203	4.289
Total	4.432	9.657	4.437

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	BANCO						CONSOLIDADO		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	2011	2010	2011	2010	2011
Aplicações em operações compromissadas	1.499.202	-	89.701	681.867	2.270.770	1.537.785	2.270.770	1.537.785	2.270.770
Revendas a liquidar - Posição bancada	147.936	-	89.701	681.867	919.498	1.169.980	919.498	1.169.980	919.498
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.351.273	-	-	-	1.351.273	367.805	1.351.273	367.805	1.351.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	109.393	280.496	164.440	503.525	1.057.854	606.788	1.057.854	606.788	1.057.854
Total	1.608.595	280.496	254.141	1.185.392	3.328.625	2.144.573	3.328.625	2.144.573	3.328.625

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- Para os títulos públicos federais (LFT) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- Fundos de investimento (FIDC) - Utiliza-se o valor da cota do último dia do balanço informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera, em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CBLC, na CETIP, no SELIC ou na BM&FBOVESPA, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, o Bancoob possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento".

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

	Valor contábil						Total 2011		Total 2010			
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I - Títulos disponíveis para venda	100.895	10.601	45.235	10.368	180.082	3.318.440	3.665.495	3.665.621	126	3.935.663	3.935.451	(211)
Carteira própria	-	-	1.421	-	44.224	1.456.458	1.502.054	1.502.103	49	874.269	874.214	(55)
LFT	-	10.522	24.788	10.139	-	-	45.436	45.449	13	134.697	134.692	(5)
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos	100.895	-	-	-	-	-	100.895	100.895	-	41.110	41.110	-
CCCB	-	79	156	229	428	561	1.436	1.453	17	2.417	2.407	(10)
Total	100.895	10.601	26.365	10.368	44.652	1.457.019	1.649.821	1.649.900	79	1.052.493	1.052.423	(70)
Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	-	18.870	-	62.913	750.781	832.567	832.564	(3)	1.531.693	1.531.544	(149)
Total	-	-	18.870	-	62.913	750.781	832.567	832.564	(3)	1.531.693	1.531.544	(149)
Carteira vinculados ao Bacen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	-	-	-	71.748	-	71.754	71.748	(6)	59.034	59.035	1
Total	-	-	-	-	71.748	-	71.754	71.748	(6)	59.034	59.035	1
Carteira vinculada a garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	-	-	-	769	1.110.640	1.111.353	1.111.409	56	1.292.443	1.292.449	7
Total	-	-	-	-	769	1.110.640	1.111.353	1.111.409	56	1.292.443	1.292.449	7
II - Títulos mantidos até o vencimento	-	234	424	499	305	9	1.471	1.471	-	5.367	5.367	-
Carteira própria	-	234	424	499	305	9	1.471	1.471	-	5.367	5.367	-
CCCB	-	234	424	499	305	9	1.471	1.471	-	5.367	5.367	-
Total	-	234	424	499	305	9	1.471	1.471	-	5.367	5.367	-
Total	100.895	10.835	45.659	10.867	180.387	3.318.449	3.666.966	3.667.092	126	3.941.030	3.940.818	(211)

CONSOLIDADO

	Valor contábil						Total 2011		
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I - Títulos disponíveis para venda	103.184	10.601	45.235	10.368	180.082	3.318.440	3.667.784	3.667.909	126
Carteira própria	-	-	1.421	-	44.224	1.456.458	1.502.054	1.502.103	49
LFT	-	-	1.421	-	44.224				

- R\$ 13.629) (nota 21a), originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

Natureza e origem	BANCO				CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para Cofins	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971
Provisão perdas para créditos de liquidação duvidosa	29.121	29.121	22.623	22.623	29.121	29.121	29.121	29.121
Provisão passivos cíveis e trabalhistas	1.528	1.528	1.000	1.000	1.528	1.528	1.528	1.528
Ajuste a valor de mercado (TVM)	-	-	211	211	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de operações a termo	111	111	339	339	111	111	111	111
FGTS 50% - Diretoria	324	324	279	279	324	324	324	324
Bonificação Cartão	106	106	637	637	106	106	106	106
Honorários Advocatícios	1.711	1.711	-	-	1.711	1.711	-	-
Outras provisões	285	285	2.013	2.013	285	285	-	-
Montante	40.157	40.157	34.073	34.073	40.157	40.157	-	-
Aliquotas	25%	15%	25%	15%	25%	15%	-	-
Créditos tributários constituídos	10.039	6.024	8.518	5.111	10.039	6.024	-	-

b. Movimentação

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	8.518	5.111	9.665	5.799	8.518	5.111	-	-
Imposto diferido (passivo)	-	-	(2)	(1)	-	-	-	-
	8.518	5.111	9.663	5.798	8.518	5.111	-	-
Ajuste em resultado	1.574	944	(1.137)	(682)	1.574	944	-	-
Créditos tributários constituídos	3.692	2.276	5.761	3.456	3.692	2.276	-	-
Créditos tributários baixados	(2.118)	(1.271)	(6.898)	(4.138)	(2.118)	(1.271)	-	-
Movimentação do imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	(84)	(50)	(8)	(5)	(84)	(50)	-	-
Créditos tributários constituídos	2	1	1.136	682	2	1	-	-
Créditos tributários baixados	(55)	(32)	(1.146)	(688)	(55)	(32)	-	-
Movimentação do imposto diferido	(31)	(19)	2	-	(31)	(19)	-	-
Movimentação	1.490	894	(1.145)	(687)	1.490	894	-	-
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	10.039	6.024	8.518	5.111	10.039	6.024	-	-
Imposto diferido (passivo)	(31)	(19)	-	-	(31)	(19)	-	-
	10.008	6.005	8.518	5.111	10.008	6.005	-	-

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	2011		2010		2011		2010	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2012	-	-	2.858	2.607	-	-	-	-
2013	-	-	5.840	5.061	-	-	-	-
2014	-	-	2.463	1.851	-	-	-	-
2015	-	-	2.544	1.742	-	-	-	-
2016	-	-	2.358	1.473	-	-	-	-
Total de créditos tributários	-	-	16.063	12.734	-	-	-	-

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	64.548	64.548	52.373	52.373	65.168	65.168	65.168	65.168
Resultado de participações em controladas	(1.003)	(1.003)	(1.207)	(1.207)	(1.003)	(1.003)	(1.003)	(1.003)
Participação de empregados nos lucros	(2.245)	(2.245)	(2.012)	(2.012)	(2.312)	(2.312)	(2.312)	(2.312)
Base de cálculo	61.300	61.300	49.154	49.154	61.852	61.852	61.852	61.852
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%	25%	15%	25%	15%
	15.313	9.195	12.289	7.373	15.452	9.277	-	-
Efeito tributário sobre diferenças temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.625	974	2.195	1.317	1.624	975	-	-
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	133	80	182	109	133	80	-	-
Demais provisões	11	7	(374)	(224)	17	13	-	-
	1.769	1.061	2.003	1.202	1.774	1.068	-	-
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	141	92	256	168	64	60	-	-
Prejuízo fiscal/Base negativa à compensar	-	-	(3.338)	(2.003)	-	-	-	-
Patrocínios/Doação FDCA	(126)	-	(200)	-	(126)	-	-	-
PAT	(414)	-	(270)	-	(414)	-	-	-
Prorrogação Licença Maternidade	(36)	-	(47)	-	(36)	-	-	-
	(576)	-	(3.855)	(2.003)	(576)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.647	10.348	10.693	6.740	16.714	10.405	-	-

10. Participações em empresas controladas

Aquisição de participação na empresa Ponta Administradora de Consórcio Ltda. "Consórcio Ponta"

Em 25 de Julho de 2011 foi celebrado entre o BANCOOB e as sócias controladoras do Consórcio Ponta, contrato de cessão de quotas para aquisição de 100% das quotas sociais do Consórcio Ponta, no valor de R\$ 2.675, por intermédio da aquisição de 3.191.000 quotas. A compra da empresa Consórcio Ponta foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de maio de 2011.

Os valores referentes à compra podem ser assim identificados:

Valor Contábil da aquisição	2.675
Valor pago em 25 de julho de 2011 na assinatura do contrato	1.815
Valor pago em 07 de outubro de 2011	610
Saldo a pagar em 2012	250

Em 23 de dezembro de 2011 o Banco Central aprovou a mudança do controle da empresa Consórcio Ponta para o Bancoob e em 26 de dezembro de 2011 aprovou o aumento de capital na empresa no valor de R\$ 3.000, atos publicados no Diário Oficial da União.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo contábil relativo ao Consórcio Ponta nas demonstrações contábeis do BANCOOB estava assim composto:

	2011	2010	2011	2010
Patrimônio Líquido contábil do Consórcio Ponta na aquisição	216	-	216	-
Valor pago pelo Bancoob para aquisição do Consórcio Ponta	2.675	-	2.675	-
Diferença entre o valor pago e o investimento do Bancoob	2.459	-	2.459	-
Aumento de Capital pelo Bancoob	3.000	-	3.000	-
Patrimônio Líquido Consórcio Ponta em 31/12/2011	3.216	-	3.216	-

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas".

Discriminação	Capital social		Patrimônio líquido		Resultado		Resultado de		Ágio em		Saldo	
	Data-Base	realizado	líquido	ajustado	exercício	Participação	Quantidade	de	Investimentos	2011	2010	contábil
					%		de quotas	equivalência	2011	2011	2011	2010
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores												
Mobiliários Ltda. (*)	31/12/2011	2.170	3.405	384	99,99935	2.000.000	(3)	385	-	3.405	3.408	
Cabal Brasil Ltda. (**)	31/12/2011	7.435	9.338	1.903	51,00	7.435.270	1.006	822	-	4.762	3.756	
Ponta Administradora de Consórcios Ltda(***)	31/12/2011	6.191	3.216	-	99,99	6.191.000	-	-	2.458	5.675	-	
Total							1.003	1.207	2.458	13.842	7.164	

(*) Bancoob Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários Ltda, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.319.256 (2010 - R\$ 991.923).

(**) Operadora de cartões de crédito Mastercard e Cabal dentro do sistema Sicoob.

(***) Ponta Administradora de Consórcios Ltda, empresa adquirida em 23/12/2011.

Integram o consolidado do Bancoob a Bancoob Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários Ltda e a Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

11. Imobilizado

	BANCO					CONSOLIDADO				
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado Total	Imobilizado Total	Imobilizado Total	Imobilizado Total	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.010	51.515	4.475	1.851	255	61.106	61.106	61.106	61.106	61.106
Aquisição	-	-	273	307	195	775	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação	-	-	-	-	(78)	(78)	-	-	-	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(878)	(685)	(942)	(27)	(2.532)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271	59.271	59.271	59.271	59.271
Custo total	3.010	52.904	7.317	8.747	345	72.571	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	(2.267)	(3.254)	(7.531)	(248)	(13.300)	-	-	-	-
Valor residual	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271	59.271	59.271	59.271	59.271
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271	59.292	59.292	59.292	59.292
Aquisição	-	-	708	293	328	1.329	-	-	-	-
Alienação	-	-	-	-	(74)	(74)	-	-	-	-
Depreciação/exaustão/amortização	-	(879)	(729)	(492)	(86)	(2.186)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.010	49.758	4.042	1.017	513	58.340	58.421	58.421	58.421	58.421
Custo total	3.010	52.904	8.025	9.040	798	73.777	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	(3.146)	(3.983)	(8.023)	(285)	(15.437)	-	-	-	-
Valor residual	3.010	49.758	4.042	1.017	513	58.340	58.421	58.421	58.421	58.421
Taxas anuais de depreciação - %	-	1,67%	10%	20%	-	-	-	-	-	-

12. Intangível

	BANCO e CONSOLIDADO					
	Softwares					
Saldos em 31 de dezembro de 2009						
Aquisição	-	-	-	-	934	-
Amortização	-	-	-	-	(390)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010					1.140	
Custo total	-	-	-	-	3.850	-
Amortização acumulada	-	-	-	-	(2.740)	-
Valor residual					1.140	
Saldos em 31 de dezembro de 2010					1.140	
Aquisição	-	-	-	-	306	-
Amortização	-	-	-	-	(341)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011					1.105	
Custo total	-	-	-	-	4.186	-
Amortização acumulada	-	-	-	-	(3.081)	-
Valor residual					1.105	
Taxas anuais de amortização - %						

c. Outras obrigações - Diversas

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Provisão para pagamento de despesas administrativas	18.980	13.218	20.254
Tarifas interbancárias a repassar	2.392	2.324	2.392
Obrigações de cartão de crédito (a)	101.889	64.325	101.889
Provisão <i>del credere</i> (b)	10.070	8.924	10.070
Obrigações com convênios oficiais - INSS	23.611	20.860	23.611
Valores a pagar arrecadação	492	208	492
Valores a repassar do BNDES	1.500	1.268	1.500
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	2.236
Outras	3.058	1.186	3.325
Total	161.992	112.313	165.769
Circulante	160.464	111.313	164.241
Não Circulante	1.528	1.000	1.528

- (a) Corresponde as obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.
 (b) Refere-se a pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.
 (c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

d. Receitas de prestação de serviços

	BANCO		CONSOLIDADO
	Semestre 2011	2010	2011
Convênio Sicoob (*)	9.780	16.766	16.766
Rendas de serviços bancários	9.704	21.207	21.207
Renda de administração de fundos	570	1.019	2.132
Rendas de serviços com cartão de crédito (**)	32.496	59.867	59.867
Rendas de recebimento de concessionárias (***)	7.196	14.958	14.958
Outras receitas diversas	2.934	5.016	6.176
Total	62.680	118.833	121.106

- (*) Refere-se a prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.
 (**) Refere-se, entre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc. de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
 (***) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

e. Despesas de pessoal

	BANCO		CONSOLIDADO
	Semestre 2011	2010	2011
Honorários pagos a diretores e conselheiros	2.129	4.353	3.801
Proventos (*)	12.691	23.971	20.769
Encargos sociais (**)	5.423	10.431	9.297
Benefícios (***)	3.079	6.126	5.687
Treinamentos	482	732	512
Remuneração a estagiários	126	246	286
Total	23.930	45.859	47.568

- (*) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
 (**) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
 (***) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

f. Despesas administrativas

	BANCO		CONSOLIDADO
	Semestre 2011	2010	2011
Despesas de água, energia e gás	61	184	184
Despesas de comunicação	3.475	6.668	5.378
Despesas com manutenção e conservação	100	218	1.175
Despesas de material	1.544	2.536	920
Despesas de processamento de dados	17.714	35.310	27.524
Despesas com propaganda e publicidade	1.760	2.291	2.220
Despesas com serviços do sistema financeiro	8.714	17.186	18.124
Despesas de serviços de terceiros	10.827	20.643	15.587
Despesas de serviços técnicos especializados	6.049	9.637	6.893
Despesas de depreciação e amortização	1.270	2.539	3.012
Despesas com viagens	928	1.623	1.492
Outras despesas administrativas	2.531	5.416	5.460
Total	54.973	104.251	85.953

g. Outras receitas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO
	Semestre 2011	2010	2011
Recuperação de encargos e despesas	6.407	9.677	5.345
Receitas de cartões de crédito	14.760	27.183	19.466
Atualização de crédito com INSS (*)	2.831	5.095	4.330
Rendas com serviços de compensação de documentos	-	-	7.619
Outras	1.113	1.158	1.351
Total	25.111	43.113	43.338

- (*) Refere-se à atualização pela taxa Selic de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS.

h. Outras despesas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO
	Semestre 2011	2010	2011
Despesas com administração de cartões de crédito	24.412	43.794	32.780
Atualização de créditos do INSS (*)	3.536	6.309	5.552
Despesas com tarifas de arrecadação	5.496	11.063	9.178
Comissão sobre operações de crédito	12.046	23.036	17.480
Outras	3.626	5.685	4.029
Total	49.116	89.887	89.887

- (*) Refere-se à atualização pela taxa Selic, de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário.

i. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à atualização pelo CDI das parcelas a receber referentes à venda do sistema de tecnologia e das salas do edifício-sede do Banco.

22. Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota Explicativa nº 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	2011		2010	
	3.250.510	2.390.115	3.186.956	2.321.450
Ativo				
Operações de crédito	3.186.956	2.321.450	46.021	52.812
Valores a receber	-	-	17.533	15.853
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	-	-	-	-
Passivo				
Depósitos a vista	7.543.584	6.356.212	9.153	1.201
Depósitos interfinanceiros	5.315.314	4.453.805	87.313	17.194
Depósitos a prazo	804.901	1.505.199	1.279.768	324.710
Operações compromissadas – carteira própria	2.109	1.602	10.070	8.924
Operações compromissadas – carteira de terceiros	10.070	8.924	34.393	43.485
Comissões a pagar – Credconsignado	34.393	43.485	563	92
Valores a pagar - <i>Del credere</i>	-	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	-	-
Depósitos de Poupança	-	-	-	-
Receitas				
Operações de crédito	289.638	224.294	242.757	171.292
Receitas de prestação de serviços	40.419	39.021	1.977	9.752
Outras receitas operacionais	4.485	4.229	-	-
Receitas não operacionais	-	-	-	-
Despesas				
Captação	817.966	490.892	791.982	467.758
Outras despesas	25.984	23.134	-	-

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Cabal		Consórcio Ponta
	2011	2010	2011	2010	
Passivo					
Depósitos à vista	3.622	3.289	38.565	28.030	3.097
Depósitos a prazo	12	19	3.898	6.781	3.097
Valores a pagar	3.610	3.270	32.702	19.163	-
	-	-	1.965	2.086	-
Receitas					
Outras receitas Operacionais	-	-	651	401	-
Despesas					
Despesas de captação	202	202	15.044	13.816	17
Despesas com cartão	-	-	2.566	1.313	17
	-	-	12.478	12.503	-

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	BANCO		CONSOLIDADO
	2011	2010	2011
Encargos	1.310	1.173	1.352
Honorários	4.353	3.801	4.702
Participação nos lucros	35	27	35
Planos de aposentadoria e pensão	86	79	86
Total	5.784	5.080	6.175

23. Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	BANCO			CONSOLIDADO
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	1.051.396	1.583.581	(532.185)	(532.185)

Descrição	2010		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	722.721	1.734.839	(1.012.118)

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2011 R\$ 7.825 (2010 - R\$ 17.744).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar
 O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2011, a Sicoob Previ contava com 286 participantes ativos (2010 - 311), cuja contribuição do banco totalizou R\$ 773 (2010 - R\$ 680). Registrado na rubrica "Despesa de Pessoal – Proventos".

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2011 foi provisionado o valor de R\$ 2.245 (2010 – R\$ 2.013), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

24. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle do Bancoob, sendo operacionalmente implementado pela Gerência de Controles Internos e Riscos do Sicoob Confederação. A estrutura está aderente às exigências estabelecidas pelas Resoluções 3.490/07 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil. As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional do Sicoob, cuja adesão foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco. O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e levanta formalmente as causas, as adequações dos controles implementados e as necessidades de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

O resultado é apresentado mensalmente ao Colegiado da Diretoria da instituição e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b. Risco de mercado e liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada dos riscos de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009. A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Banco é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar os riscos de mercado;
- b) limite máximo para a exposição em risco de mercado;
- c) utilização de modelo de simulação de perda em cenários de stress;
- d) limites mínimos de liquidez;
- e) realização periódica de *backtests* do modelo de cálculo de risco de mercado.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna e auditoria externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

O Bancoob, cumprindo meta do projeto Acreditar (destinado a rever políticas e processos de crédito no Sicoob), aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Banco. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela gestão centralizada do risco de que se trata, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito; e
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de risco de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados, e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna e auditoria externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito. Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/09, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, emitido com data de 14 de fevereiro de 2012, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas e notas explicativas examinadas, a posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 14 de fevereiro de 2012.

Henrique Castilhana Vilarés Presidente do Conselho	Alexsandro do Carmo Silva Secretário do Conselho	Vanderval Lima Ferreira Conselheiro	Mozart Pacheco Conselheiro
---	---	--	-------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB("BANCOOB" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do BANCOOB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acredit